



ATA N° 11/2012

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE OUTUBRO DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 3 DE OUTUBRO DE 2012

-----No dia 3 de outubro de 2012, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária de outubro, convocada ao abrigo do n° 1 do Artigo 50° da Lei n°s 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n° 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do n° 2 do Artigo 19°, do Artigo 24° e n° 2 do Artigo 29°, todos do respetivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO ÚNICO - *Apreciação e votação da proposta de adesão do Município de Lagos ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), ao abrigo da Lei n° 43/2012, de 28 de agosto:***
- a) Adesão ao PAEL;*
 - b) Plano de Ajustamento Financeiro;*
 - c) Contratação de empréstimo a celebrar por 14 anos, até ao montante máximo de € 10 862 321.81, à taxa de juro de 4,3%.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Dado o pedido de substituição para esta Sessão da Sra. Ana Cristina Olivença (PS), Segunda Secretária da Mesa, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Reunião, um Deputado Municipal do Grupo do PSD, Sra. Isabel Azevedo (PSD). Verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 51 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	António Lourenço do Rosário Barroso
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1° Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafirim)
PS	Manuel Francisco Ferreira Lourenço Godinho
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Alice Penilo de Jesus



Fl. 112v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor José Batalha de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA SESSÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos	Sessão de outubro	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)	Sessão de outubro	Maria Teresa Andrêz Gonçalves



PSD	José Valentim Rosado	Sessão de outubro	Rui Filipe Machado de Araújo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	Sessão de outubro	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves	Sessão de outubro	António Lourenço do Rosário Barroso
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso	Sessão de outubro	José Tomé
PS	José Tomé	Sessão de outubro	Maria Alice Penilo de Jesus
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho	Sessão de outubro	Manuel Francisco Ferreira Lourenço Godinho

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Solicitou substituição para esta reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro.
PS	Vítor José Batalha de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Substitui o Sr. Joaquim Pedro Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião).

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pela seguinte Deputada Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL	SESSÃO
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva	setembro/2012

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes - Vereador



Fl. 113v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador
PSD	Virgínia Paula V. Marreiros Conceição Silva - Vereadora

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O munícipe Sr. Pedro Glória, reportando-se ao assunto para o qual foi convocada esta Sessão Extraordinária, perguntou se ia ser divulgada a listagem dos fornecedores que iam receber os dez milhões de euros e quais são as medidas extraordinárias que a autarquia vai implementar na sequência do empréstimo.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	20.55

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), anunciou a seguinte retificação ao texto do Ponto Único da Ordem do Dia: “Na alínea c), onde se lê “(...) à taxa de juro de 4,3%.” passa a ler-se “(...) à taxa de juro que estiver em vigor à data de assinatura do mesmo, com um valor máximo de 4,3% ao ano”.”-----

-----Posto isto e não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 86/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO ÚNICO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL), AO ABRIGO DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO: A) ADESÃO AO PAEL; B) PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO; C) CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CELEBRAR POR 14 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE € 10 862 321.81, À TAXA DE JURO QUE ESTIVER EM VIGOR À DATA DE ASSINATURA DO MESMO, COM UM VALOR MÁXIMO DE 4,3% AO ANO:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-519-15.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto, tendo aproveitado a ocasião para informar o munícipe, Sr. Pedro Glória de que as questões colocadas estão respondidas no Plano de Ajustamento



Financeiro.-----

-----ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.07

-----Seguidamente teve lugar a apresentação do assunto, por parte dos Técnicos Municipais Dr. Luís Reis e Dr. André Gândara, composta pelos seguinte diapositivos:

Câmara Municipal de Lagos

Adesão do Município de Lagos ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Enquadramento Legal

- Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, cria o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)
- Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, veio regulamentar a Lei n.º 43/2012

Objetivo:

Regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias registadas na Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012, através da celebração de um contrato de empréstimo com o Estado Português.

Câmara Municipal de Lagos

PAEL

- Os municípios são enquadrados em dois programas de acordo com a sua situação financeira;
- Lagos integra-se no Programa II;
- Caracterização do Programa II;

Contrato de empréstimo com o prazo máximo de vigência de 14 anos, sem diferimento do início do período de amortização;

Financiamento entre 50 e 90% do montante elegível (o montante elegível corresponde à diferença entre os pagamentos em atraso a 31 de março de 2012 e a soma dos montantes correspondentes às reduções previstas no OE 2012);

Câmara Municipal de Lagos

PAEL

Adesão:

O processo de candidatura tem de desenvolver-se no prazo de 30 dias seguintes à contagem da data de publicação da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro.

Procedimentos:

Preenchimento de formulário de adesão;

Elaboração de Plano de Ajustamento Financeiro centrado num conjunto de medidas específicas e quantificadas com o objetivo do restabelecimento da situação financeira do município.

Câmara Municipal de Lagos

Caracterização e Diagnóstico da Actividade Municipal

Relatório de Prognóstico

Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara Municipal (2012 a 2026)

Comentários

- Conjuntura económica de crise
- Recetas insuficientes para cobrir os custos de funcionamento autárquico
- Situação de desequilíbrio financeiro conjuntural
- O investimento municipal excessivamente concentrado e assegurado pelo recurso quase integral ao autofinanciamento
- Esgotada a capacidade de recurso sustentado ao financiamento exterior

Câmara Municipal de Lagos

Objetivos

- Contenção das despesas municipais com vista à recuperação e restabelecimento, no médio prazo, do equilíbrio financeiro da Câmara
- Rever o tarifário com vista à recuperação da situação económica dos principais setores económicos municipais
- Rever a política de aplicação das taxas que assegure o financiamento da actividade municipal e do urbanismo
- Garantir a capacidade de Investimento Normal através do adequado enquadramento financeiro do Plano Plurianual de Investimentos

Câmara Municipal de Lagos

Ajustamento financeiro

- A previsão do período temporal necessário à recuperação da situação financeira do município
- A apresentação das medidas específicas necessárias para atingir uma situação financeira equilibrada
- A apresentação de medidas de contenção da despesa corrente
- Um plano com calendarização anual da redução dos níveis de endividamento até serem cumpridos os limites previstos na LFL.

Câmara Municipal de Lagos

Ajustamento financeiro

- A informação referente à despesa de investimento previsto, bem como as respetivas fontes de financiamento
- Um plano de maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais, taxas e operações de alienação de património
- O impacto orçamental, por classificação económica, das medidas adoptadas, para o período de vigência do plano de ajustamento financeiro

Câmara Municipal de Lagos

Caracterização e Diagnóstico da Actividade Municipal

Evolução da Receita Estrutural e das Despesas de Funcionamento

Câmara Municipal de Lagos

Evolução dos Limites ao Endividamento

Câmara Municipal de Lagos

Receita

Evolução da Contribuição Autárquica/IMI e SISA/IMT

Câmara Municipal de Lagos

Evolução do Autofinanciamento Municipal



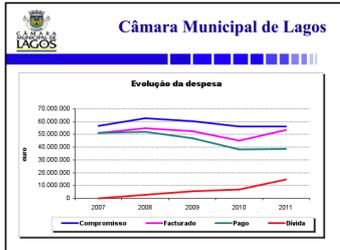
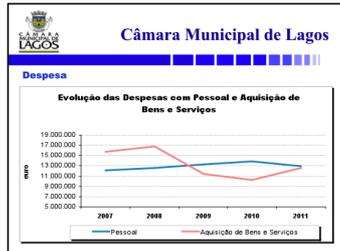
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 114v.

Câmara Municipal de Lagos

QUADRO 1 - SÍNTESE DA RECEITA ESTRUTURAL
Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara Municipal de Lagos

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	40.791.898,42	42.392.200,39	37.822.191,99	34.046.486,96	36.208.917,67
Impostos	33.990.232,48	29.488.891,68	23.861.043,28	21.486.168,47	21.827.993,39
Impostos Municipais	20.262.929,12	20.377.051,62	17.544.000,00	16.269.066,11	16.291.162,36
Transferências	5.547.762,36	5.119.789,64	5.056.954,17	5.269.697,36	5.626.877,58
Outras	12.980.240,64	13.991.010,36	11.264.089,11	13.948.422,99	14.909.926,64
RECEITAS DE CAPITAL	2.388.192,56	2.371.466,00	2.720.798,82	1.617.443,05	2.201.204,64
Operações de Crédito	12.981.483,24	12.745.748,20	14.622.738,42	13.689.200,09	13.463.628,42
Operações de Crédito - Juros	10.930.339,78	8.374.239,79	11.162.268,61	11.061.900,34	10.259.502,19
Operações de Crédito - Principal	1.951.143,46	4.371.508,41	3.460.469,81	2.627.299,75	3.204.126,23
Operações de Crédito - Outros	1.439.219,00	1.200.440,00	1.053.121,00	1.004.640,00	983.744,00
Outras Operações de Crédito	400.732,00	200.000,00	465.430,01	277.862,30	51.738,90
Outras	81,00	0,00	0,00	11.920,34	42.427,87
RECEITA ESTRUTURAL	47.841.731,47	43.723.143,87	38.687.731,29	35.303.623,89	36.389.432,84

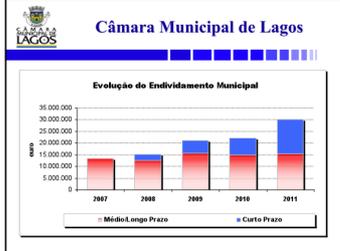
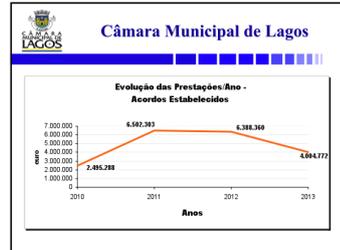


Câmara Municipal de Lagos

Evolução da Despesa Global (em €)

Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara Municipal de Lagos

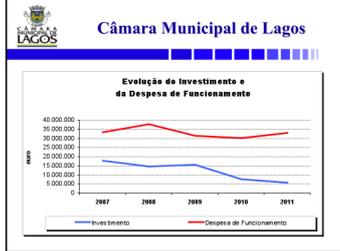
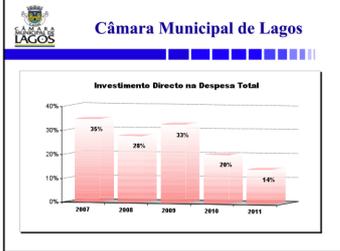
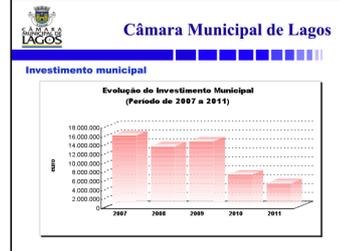
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Compromissos	56.720.377,54	62.541.028,84	50.103.452,86	46.020.091,08	46.379.063,16
Facturado	50.992.960,47	54.738.920,75	42.410.124,04	46.163.268,51	43.227.065,08
Facturado +1	50.992.960,47	54.738.920,75	49.862.707,12	39.797.303,41	46.111.969,53
Facturado +1-1	0,00	0,00	2.547.346,02	5.370.792,10	7.109.145,55
Pago	50.992.960,47	52.245.065,83	47.028.223,73	38.037.370,72	38.505.608,99
Divida	0,00	2.548.064,42	5.371.860,31	7.120.824,78	14.721.446,09



Câmara Municipal de Lagos

QUADRO 2 - SÍNTESE DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO
Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara Municipal de Lagos

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	12.187.608,33	13.863.288,18	12.280.466,08	10.898.478,18	12.887.866,99
Pessoal	5.167.000,00	5.167.000,00	5.167.000,00	5.167.000,00	5.167.000,00
Transferências correntes	3.076.544,15	3.108.226,94	3.096.221,77	3.723.193,15	4.423.956,63
Previdência	517.861,07	621.420,28	578.176,03	565.089,87	407.173,71
Outras Indicações	2.308.482,46	4.480.637,95	5.120.063,34	5.192.489,28	4.210.642,12
Outras Despesas	16.647.530,89	18.741.821,65	13.201.261,83	11.540.136,18	13.468.187,28
Serviços da Divida	2.136.052,12	1.292.262,90	1.200.108,12	1.150.489,16	1.891.778,82
Encargos Financeiros	499.632,89	601.978,47	623.000,00	238.020,67	514.205,46
Amortização da Divida	717.618,64	630.383,49	786.101,54	891.472,49	887.443,42
TOTAL GERAL	33.297.993,21	37.679.600,67	31.877.200,89	30.288.237,46	32.928.948,16



Câmara Municipal de Lagos

QUADRO 3 - SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS
Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara Municipal de Lagos

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Investimentos	16.882.848,06	13.800.449,42	14.715.218,18	7.289.454,27	6.529.794,89
Habitação	399.444,27	650.715,00	3.938.020,31	3.475,23	1.932.391,42
Carreiros Públicos	12.301.864,04	8.527.282,19	7.821.987,44	2.200.207,03	2.466.876,18
Investimento Normal	3.303.153,17	7.421.473,08	3.234.694,43	2.019.626,11	1.517.117,31
Transferências de Capital	1.269.734,80	748.483,21	642.798,28	203.387,99	128.874,60
Ativos Financeiros	280.000,00	638.000,00	6,00	81.173,08	84.282,12
Outras Despesas de Capital	146.680,78	86.613,60	183.012,47	172.118,81	21.238,28
TOTAL GERAL	17.894.997,29	14.991.295,16	16.481.016,93	7.752.103,07	6.675.989,89

Câmara Municipal de Lagos

QUADRO 4 - SÍNTESE DO FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL
Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara Municipal de Lagos

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Autofinanciamento	8.802.916,17	8.835.362,06	1.716.447,54	1.903.221,15	1.973.103,42
Saldo de Execução (emont)	14.243.726,26	6.852.546,90	7.874.423,49	6.517.884,65	4.468.584,84
Emprestimos	1.389.292,00	0,00	3.959.549,00	0,00	1.411.480,00
Subsídios e Contribuições	3.739.800,33	1.938.822,24	4.385.722,59	2.944.239,29	284.239,75
Administração Central	1.132.151,75	199.297,28	3.303.612,41	2.313.262,89	284.239,75
Contribuição de Apoio	2.603.648,58	739.542,46	779.812,64	331.107,00	0,00
Outras	1.896,00	194.892,00	203.897,00	0,00	0,00
Saldo Operação (emont)	6.571.363,06	1.174.441,04	1.183.221,15	1.913.103,42	601.899,12
TOTAL GERAL	17.894.997,29	14.991.295,16	16.481.016,93	7.752.103,07	6.675.989,89

Câmara Municipal de Lagos

Síntese da situação financeira

QUADRO 5 - SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA
Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara Municipal de Lagos (Período 2007-2011)

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Ativo	45.192.702,34	42.060.211,15	39.202.720,17	35.589.880,93	33.200.929,97
Ativo Corrente	12.882.281,67	11.948.011,15	10.700.000,00	10.100.000,00	10.100.000,00
Ativo Não Corrente	32.310.420,67	30.112.200,00	28.502.720,17	25.489.880,93	23.100.929,97
Despesa de Capital	1.517.871,07	1.517.871,07	1.517.871,07	1.517.871,07	1.517.871,07
Saldo Operação	14.243.726,26	14.243.726,26	14.243.726,26	14.243.726,26	14.243.726,26
Saldo Investimento	8.802.916,17	8.835.362,06	1.716.447,54	1.903.221,15	1.973.103,42
Saldo de Execução	12.187.608,33	13.863.288,18	12.280.466,08	10.898.478,18	12.887.866,99
Ativo Financeiro	18.848.888,00	18.848.888,00	18.848.888,00	18.848.888,00	18.848.888,00
Ativo Não Financeiro	13.288.198,85	13.288.198,85	13.288.198,85	13.288.198,85	13.288.198,85
Médio/Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Não Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Não Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro - emont	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
Passivo Financeiro - emont	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Não Financeiro - emont	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Não Financeiro - emont	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Câmara Municipal de Lagos

QUADRO 6 - SÍNTESE DO ENVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL
Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara Municipal de Lagos

Descrição	Saldo Final 2007	Saldo Final 2008	Saldo Final 2009	Saldo Final 2010	Saldo Final 2011
(1) Capital em dívida de médio prazo	12.381.914	15.823.874	15.789.184	14.688.122	14.682.792
(2) Taxa de amortização líquida	1.800.074	7.388.014	1.930.410	25.292.084	25.292.084
(3) Capital em dívida proveniente da emissão de empréstimos	6.000.000	6.000.000	6.000.000	3.000.000	1.914.014
(4) Capital em dívida de longo prazo a conservar	1.339.182	7.882.084	15.220.884	19.991.488	19.991.488
(5) (1) + (2) + (3) + (4) = Endividamento líquido a conservar	21.520.250	37.093.972	48.940.478	62.971.794	61,780,368



Câmara Municipal de Lagos
Medidas Principais – Despesa
- <i>Pessoal</i> : Redução do número de colaboradores no município
- <i>Pessoal</i> : Redução de 15% do número de dirigente e unidades administrativas (implementada em 2012)
- <i>Pessoal</i> : redução das horas extraordinárias e ajudas de custo
- <i>Transferências</i> : Condicionar o seu crescimento à evolução prevista para o FGM
- <i>Aquisição de Bens e Serviços</i> : Redução de 5% nas aquisições de bens e serviços e de bens de investimento

Câmara Municipal de Lagos
Comentários finais
- A receita crescerá a um ritmo superior ao da despesa o que tornará possível o restabelecimento do equilíbrio financeiro municipal
- As medidas adotadas serão suficientes para inverter a situação financeira no período em causa
- A Câmara recupera a sua capacidade de investimento
- A Câmara consegue honrar as suas obrigações decorrentes dos empréstimos contratados
- Deverão ser estabelecidos limites orçamentais que permitam controlar o conjunto da despesa. Estes limites devem ser observados pelos serviços na gestão municipal

-----ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta apresentação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.20

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse que, para ele, esta questão em debate e porque se chegou ao ponto a que chegou, é uma questão essencialmente política. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara, na sua introdução ao assunto, fez referência à conjuntura quer nacional, quer internacional, situação mencionada há muito pelo Sr. Presidente da Câmara, assim como mencionou a perda de receitas que a Câmara Municipal teve, nos últimos anos; só que o Sr. Presidente da Câmara já o é há cerca de onze anos e aí as receitas eram bem grandes, tendo o PSD, desde há muitos anos para cá, alertado para o despesismo que estava a ser feito e um dia a atual situação da Câmara tinha que se verificar. Disse que se fosse o PSD que estivesse a governar o Município e tivesse chegado a este dia com este assunto à Assembleia Municipal, diria que este dia seria um dia de luto para Lagos, uma vez que a situação financeira da Câmara Municipal é caótica e ruína. Referiu acreditar que a Câmara e o Sr. Presidente da Câmara pode renascer das cinzas e colocar a Câmara no bom caminho, mas para isso o Sr. Presidente da Câmara terá que demonstrar compreensão, situação que não se verificava há muito tempo atrás quando o Sr. Presidente da Câmara insultava o Sr. Vereador Nuno Marques e o Sr. Deputado Municipal Nuno Serafim, quando estes chamavam à atenção para o despesismo. Disse que o Sr. Presidente só fala das receitas que há poucos anos deixaram de entrar na Câmara, mas não fala das receitas recebidas e inconvenientemente aplicadas, no entender do PSD. Referiu algumas situações que, na sua opinião, contribuíram para se chegar ao atual momento de dificuldade da Câmara Municipal, ao ponto de hoje precisar de um empréstimo de dez milhões de euros: - entrada de pessoal para a Câmara Municipal, desnecessariamente; - Caravela Boa Esperança; - Cineport; - curva do Autódromo Internacional do Algarve; - Feiras Medievais; - festas e festinhas; - passeios, em troca de votos; subsídios a clubes falidos; - obras feitas, as quais foram chamadas à atenção pelo PSD, para não serem feitas, uma vez que havia estudos financeiros que provavam que as mesmas iam dar prejuízo, como o Parque de Estacionamento do Anel Verde; - criação das Empresas Municipais. Afirmou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal é teimoso, porque nunca quis ouvir a Bancada do PSD. Disse que a Bancada do PS é



Fl. 115v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

cúmplice de toda esta situação porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal “obrigava” os Deputados Municipais do PS a votarem favoravelmente os assuntos trazidos ao Órgão Deliberativo pela Câmara Municipal. Considera este dia como um dia de luto porque a Câmara Municipal está, neste momento, praticamente falida e por isso é que tem que pedir dez milhões de euros, apesar da dívida da Câmara ser ainda maior.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o que vê de tudo o que está a ser apresentado à Assembleia Municipal nesta Sessão, é a possibilidade do Município contrair um grande empréstimo que, obviamente, lhe dá jeito, porque muito precisa do mesmo, mas o mesmo vai ser pago com ganhos desesperados pelo lado da receita e a tirar pouco do lado da despesa. Questionou ao Sr. Presidente da Câmara se esta não tem sido a receita do atual Governo. Disse ter lido o documento e pareceu-lhe que o mesmo era uma aplicação local da receita que tem sido feita pelo Governo Central. Referiu que este Plano prevê o pagamento de dívidas do Município à custa dos contribuintes lacobrigenses, com aumento de impostos de IMI, da água, de taxas, da derrama, etc.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por dizer que o que foi anunciado, no dia da realização desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Ministros das Finanças, Vítor Gaspar, mais o assunto que está em cima da mesa para aprovação do Órgão Deliberativo do Município de Lagos, é demais para um dia só. Disse que a Assembleia Municipal está perante uma situação que tem a ver com questões económico-financeiras e também com questões políticas. Referiu que há uns meses atrás uma dirigente de um Partido queria suspender a democracia por seis meses, mas este Plano vai suspender o Poder Local por catorze anos, porque a Assembleia e a Câmara Municipal, nos próximos catorze anos vão deixar de ter voto em muitas matérias porque são intervencionadas pela Direção Geral da Administração Local e pela Inspeção Geral de Finanças, ou seja, durante catorze anos os eleitos ficam manietados. Disse que aquilo que o Governo faz é acentuado no Município com tudo o que consta na lista que obriga à adesão ao PAEL. Referiu que a taxa de disponibilidade criada já no presente ano e que já tem cabimento neste Plano, vai render, aproximadamente este ano, cerca de três milhões de euros, retirados dos bolsos dos munícipes, das empresas dos comerciantes, ou seja, da economia local. Disse que tudo vai ser pago pelos valores máximos. Sobre o valor do empréstimo disse que o mesmo não vai ser concedido a cem por cento, uma vez que a legislação diz que só será atribuída uma verba entre os cinquenta e os noventa por cento do pedido, pelo que o Município de Lagos irá, provavelmente, receber um valor entre os oito e os oito milhões e meio de euros, pelo que coloca a pergunta de quais vão ser as empresas a receber, sendo que a lei diz que as Águas do Algarve têm que receber em primeiro lugar, e vai receber cerca de cinco milhões de euros, por isso perguntou o que resta para a Economia Local. Disse que no presente há já outros dados que não entraram no Plano nem nas projeções feitas, como por exemplo a intenção da Câmara Municipal de concessionar às Águas do Algarve/Águas de Portugal a distribuição da água em baixa, ora isso terá implicações no Plano, assim como terá implicações a extinção das atuais Empresas Municipais, bem como a



concessão dos Parques de Estacionamento da Frente Ribeirinha e de superfície; uma outra situação que terá implicações para o Plano tem a ver com os processos que estão a correr em Tribunal e que se a decisão for no sentido da Câmara ter que pagar, esta terá que despende de uma verba de cerca de sete milhões de euros. Por tudo isto perguntou qual a relevância de tudo isto na questão do endividamento futuro. Disse subscrever algumas das situações mencionadas pelo Sr. Eurico Correia e que todos têm consciência de que a culpa disto tudo é da crise, assim como todos têm consciência de que o Governo deu uma “ajudinha boa” para esta situação, mas a Câmara tem que ter a humildade de reconhecer que também teve uma grande quota-parte da culpa de se ter chegado à atual situação, uma vez que foram seguidas políticas erradas ao longo dos últimos anos que levaram à agudização desta situação e a receita de colocar em cima dos munícipes cada vez mais impostos, taxas, tarifas não está correta. Referiu que com este Plano, nos primeiros cinco anos, não vão ser feitas obras novas em Lagos e vamos ver se existe dinheiro para manter o que existe, porque como estão a ficar as coisas vai deixar de haver dinheiro para comprar papel higiénico para o Edifício dos Paços do Concelho Século XXI. Concluiu dizendo que esta receita vai matar o doente.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) perguntou quais as consequência para a autarquia no caso de não se candidatar ao PAEL, quais as razões que levaram a autarquia a tentar candidatar-se ao PAEL com o Programa II; se no caso da autarquia não obtiver esta verba através do PAEL haverá outra oportunidade de ir buscar dinheiro por outros meios às taxas mencionadas pelos Técnicos Municipais e quais as probabilidade deste Plano ser aprovado pelo Governo. Chamou à atenção para o caso do incumprimento do Plano, a Lei prever sanções que penalizam, e muito, os munícipes.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que se o PSD tivesse o método de avaliação que diz ter, devia ter vindo de luto, porque o que foi dito pelo Sr. Ministro das Finanças é mais do que um luto é a morte anunciada. Referiu que para alguns economistas, que defendem o Governo, ou é assim ou então as pessoas são ignorantes e o que é certo é que cada vez mais as pessoas são ignorantes, uma vez que cada vez mais a pobreza é maior, o desemprego é cada vez maior, o PIB é menor, as exportações são menores, as importações são menores, o consumo é menor, ou seja, o povo é mesmo ignorante e as medidas do Governo PSD é que são as corretas. Por tudo isto, disse que se fosse do PSD não vinha de luto mas sim de cara tapada. Perguntou que alternativas têm aqueles que estão contra o PAEL para regularizar a dívida. Disse que o PS quando entrou para a liderança do Executivo Camarário em dois mil e dois teve que fazer o que o PSD, em doze anos, não fez, tendo a população de Lagos certificado que isso é que era o correto através das eleições autárquicas seguintes. Referiu que o PSD é perito em reprovar PEC's, mas cada “PEC” do PSD representa três, sendo que o PSD agarra-se à maioria para desgraçar o povo, mas este está a tomar as rédeas do País porque o que é demais chateia. Afirmou que tem faltado sentido de Estado ao PSD tanto nacional como local. Em relação à situação que levou a este estado de coisas no Município, reconheceu que nem tudo o que o PS fez foi perfeito, mas quando foram tomadas as decisões, na



Fl. 116v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

altura, eram as melhores soluções. Sobre a afirmação do PSD que a Câmara tem funcionários a mais, desafiou o PSD a dizer quais são os funcionários que estão a mais na Câmara Municipal; o Governo diz que os Auxiliares de Ação Educativa tinham que passar, obrigatoriamente, para as autarquias, e Lagos acatou essas instruções, uma vez que não ia deixar as crianças do primeiro ciclo sozinhas nos recreios das escolas, apesar de poder recusar a integração desses funcionários nos seus quadros de pessoal. Disse que a situação financeira da Câmara Municipal exige, infelizmente, a adesão ao PAEL, sendo que isto é resultado, também, da legislação recente do PSD, como a Lei dos Compromissos e das políticas seguidas pelo Governo PSD.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) na sequência das intervenções da Bancada do PS e da intervenção introdutória do Sr. Presidente da Câmara Municipal a este assunto, convidou estes intervenientes a deslocarem-se ao Governo da Nação, uma vez que estes têm a receita para a crise, se bem que não percebeu onde. Disse que o que o povo está a pagar é consequência daquilo que há quinze meses atrás se descobriu que tinha sido feito ao País, à Nação e a esta Autarquia durante os oitenta meses anteriores, pelo que o que se está a pagar agora não é consequência da crise, porque a diminuição de receitas, mencionada pelo Sr. Presidente da Câmara, é circunstancial, não sendo bem assim o que se passa com a despesa, pelo que a Bancada do PS, que aprovou todas as propostas que levaram a esta situação de se ter que aderir ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), sofrendo as pessoas as consequências do que significou a gestão socialista, tanto na Autarquia como a nível do País. Tem que ser explicado o que levou a esta situação da Autarquia. Afirmou que o PS ainda não percebeu qual é o princípio basilar da gestão da coisa pública. Disse que o problema pelo qual passa o Município foi criado pelo PS, não foi a crise, já que ninguém mandou à crise construir um Parque de Estacionamento que não tem qualquer tipo de rentabilidade financeira, nem mandou fazer projetos municipais que não se sabe como vão ser pagos. Referiu que os Técnicos Municipais dizem que as medidas que estão agora colocadas em legislação estão a ser aplicadas pela Câmara Municipal há dois anos, mas as mesmas não têm resultado e continua-se a dever o mesmo, ou mais, na sequência do dinheiro gasto pelo Executivo PS, tendo por coniventes a Bancada do PS na Assembleia Municipal. Terminou dizendo que se está a aprovar nesta Sessão um meio para pagar aquilo que o PS gastou.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) subscreveu algumas palavras das Bancadas da CDU e do PSD. Disse que apesar do BE estar há pouco tempo na Assembleia Municipal, já percebeu que a culpa da situação a que chegou a Autarquia não é só da crise, é também de um historial de imprevidência, de má gestão da Câmara Municipal de Lagos sobretudo nos últimos anos. Referiu que a Câmara Municipal assumiu encargos fixos muito elevados e quando confrontada com o descalabro desse caminho criou Empresas Municipais para escapar a um controlo orçamental mais apertado e continuou no caminho de um despesismo assente na contração de empréstimos, sendo que este tipo de política durou escassos anos, pois a intervenção externa impôs regras que obrigaram à clarificação dessas mesmas



contas. A título de exemplo disse que tinham ficado em mãos dois extensos estacionamento subterrâneos vazios e um edifício municipal, de inspiração “Imperial” com uma renda mensal de milhares de euros. Referiu que no final disto chega uma fatura, acrescentando recessão local à recessão nacional. Disse que a solução, para variar, também não traz nada de novo, contrair um grande empréstimo, a ser pago com ganhos desesperados pelo lado da receita e pouco a tirar da despesa.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o BE não tem grande experiência em presidir Câmaras Municipais, por isso não pode a Bancada do BE fazer grandes críticas, mas os outro Partido/Coligações têm uma vasta experiência em termos de Presidências de Câmaras e isso leva-o a dizer que não é só em Lagos que ocorre este tipo de situações de dificuldade económico-financeiras. Acrescentou que as Câmaras que não concorram ao PAEL é porque já estão com um Plano de Saneamento Financeiro e já estão a pagar. Disse que as Câmaras fazem os investimentos para corresponder às necessidades das populações, se bem que as Câmaras do PSD não são capazes de dar, tendo Lagos esse exemplo de um Executivo que esteve no Poder doze anos e pouco ou nada deu ao Concelho, situação que não se verificou com o atual Executivo PS que trouxe mais desporto, mais escolas, atividades extra curriculares, ação social, a Esquadra da PSP, os parques verdes, etc.. Disse que o Sr. Nuno Marques, antigo Vereador da Câmara Municipal de Lagos, pelo PSD, fartou-se de avisar o Presidente da Câmara Municipal, como é apregoado pelo PSD, do que iria acontecer, mas não soube alertar o Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (que é do PSD), município onde exercia a sua atividade profissional, para o mesmo e a prova disso é que Vila Real de Santo António, no presente, tem uma dívida superior à Câmara de Lagos. Afirmou que o discurso do PSD está gasto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que estava disponível para uma discussão mais aprofundada sobre as questões relacionadas com o estado do País e de outras Câmara Municipais, é só colocar o assunto na Ordem do Dia de uma Sessão da Assembleia Municipal. Referiu, mais uma vez, que este Programa vai condicionar os Órgãos Municipais nos próximos catorze anos, em termos do seu Poder efetivo de decisão, ou seja os próximos três Executivos e meio vão ficar condicionados nas suas ações, o que revela não ser a melhor altura para se avançar com este PAEL. Perguntou quais vão ser os reflexos neste Programa do que está comprometido no Plano da Meia Praia.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o tempo urge e é tempo de coisas bem mais sérias do que algum dialogo, mais ou menos, recorrente sobre questões de “grilos” faces às questões, eventualmente, de “coelhos”. Saudou o Governo por, finalmente, ter lançado a medida em discussão nesta Sessão da Assembleia Municipal. Disse que quem ouve as intervenções das Bancadas da oposição, na Assembleia Municipal, pode levar a crer que o Governo da Nação quando resolveu tomar esta medida, fê-lo em função da Câmara de Lagos. Disse acreditar que para o PSD, se estivesse no lugar do atual Executivo e



Fl. 117v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

passando por esta situação, seria um dia de luto, porque o PSD, na sua lógica e por aquilo que aqui, mais uma vez disse, não teria feito nem uma décima parte daquilo que o PS fez, mas provavelmente também estaria, como outros municípios, independentemente do Partido ou Coligação que os governam estão, a passar por dificuldades por terem feito aquilo que são as suas responsabilidades perante as populações que os elegeram. Informou que os Municípios têm cumprido os seus compromissos perante a dívida do País, sendo que o Município de Lagos, no presente ano, já abateu cerca de dois milhões de euros da dívida de médio e longo prazo e tem honrado alguns dos compromissos, mas o que tem pesado em cima da gestão é o facto da receita ter caído drasticamente. Disse que enquanto houve receita, houve investimentos e assim que a mesma caiu, a Câmara arrepiou caminho em termos de investimentos. Acrescentou que os investimentos vieram beneficiar o Concelho apesar de reconhecer que algumas coisas podiam deixar de ter sido feitas, mas tudo o que foi feito foi feito baseado em estudos e com a capacidade financeira para corresponder ao respetivo investimento. Referindo-se ao mencionado pelo Sr. Eurico Correia sobre passeios com fim eleitorais disse que nunca ninguém o viu em excursões fazendo campanha eleitoral ao contrário do que fez o Sr. Eurico Correia, em tempos idos. Disse que a situação é de doença e a receita vai matar mais o doente, conforme afirma a CDU, sendo que o doente não é o cidadão mas sim o Município, pelo que se não houver esta receita, o Município “morre”, sendo esta a única receita e que vem da mão de só quem a podia passar, o Estado. Percebeu que há pessoas que acham que o que foi feito não era necessário ter sido feito, situação que contesta. Disse que as obras feitas eram todas necessárias e foram feitas na altura certa, porque se não tivessem sido feitas nem tão cedo seriam realizadas. Ainda sobre as obras feitas disse que as mesmas não foram só prometidas pelo PS, muitas constavam nos programas eleitorais de outros Partidos. Reconheceu que o Município, financeiramente, está doente e esta é a única receita, sendo que se não vier esta receita o Município pode mesmo “morrer”. Informou que o Programa II do PAEL não coloca o Município em situação tão premente de imposição por parte do Governo, como podem julgar; o Governo vai impor regras de gestão adequada de forma a que o Município possa honrar os seus compromissos. Disse que o juro do empréstimo é muito bom e afirmou que não aceitar este empréstimo é criminoso. Referiu que a taxa de disponibilidade na fatura da água é uma imposição legal. Disse que não considera o lançamento de uma Derrama um aumento de impostos, uma vez que aplicar esta taxa às empresas que têm atividade em Lagos com lucro e que rende cerca de duzentos mil euros num ano, não é uma coisa anormal. Afirmou que a Lei dos Compromissos é absurda e estúpida e em boa hora a Associação Nacional de Municípios Portugueses aprovou, em Congresso realizado no dia 29 de setembro, a sua revogação imediata, não por não quererem ter maior contenção nas despesas, nem por não quererem otimizar a receita, mas porque a Lei coloca os Municípios numa contingência de ter que deixar parar tudo e de responsabilizar tudo e todos, pelo que a Lei tem que ser revogada na aplicação aos Municípios. Disse que a Lei que regula o PAEL ajuda a repor algumas situações. Referiu que pagar às Águas do Algarve é estar a incentivar a economia



local, uma vez que as Águas do Algarve dão trabalho a muitas empresas de Lagos e a lacobrigenses. Informou que o empréstimo que vai ser pedido é o que a Lei permite e que a Câmara Municipal desde 31 de março já conseguiu abater parte da dívida, no entanto é provável que dos dez virgula oito milhões de euros que a Câmara está a pedir o Estado só conceda cerca de oito virgula três milhões. Disse que este Plano de Ajustamento Financeiro foi feito em cinco dias, mas já havia muitos estudos feitos, mas não era possível contemplar neste Plano um conjunto de medidas que se exige que sejam tomadas em breve, como é o caso da Lei que vem “acabar” com as Empresas Municipais e a concessão das águas, uma vez que nada ainda está decidido neste âmbito. Referiu que não há outras oportunidades para ir buscar uma verba deste montante e existem todas as probabilidades do pedido da Câmara Municipal de Lagos ser aceite. Sobre a receita proveniente do IMI disse que o aumento que vai ter será quase o mínimo, isto sem contar com as avaliações que estão em curso sobre os imóveis e esclareceu que as taxas de IMI só serão alteradas se for necessário justificar receita para o próximo ano. Disse que as sanções para o incumprimento do PAEL são severas e não se pode “brincar em serviço”, pelo que o Plano tem que ser cumprido. Esclareceu que as transferências do Ministério da Educação para as Câmaras ficou-se pela transferência dos funcionários do segundo e terceiro ciclo, sendo que muitos Municípios estão a colocar a hipótese de devolverem novamente os mesmos ao Ministério da Educação, uma vez que a transferência inicial, trouxe para os Municípios encargos que não era suposto existirem. Em relação ao Plano de Urbanização da Meia Praia disse que o mesmo é uma obrigação da Câmara Municipal que tem que ser avaliada em termos da situação financeira existente, acrescentando que, infelizmente, o entusiasmo empreendedor inicial, decresceu substancialmente. Disse que esta medida vem condicionar o futuro, mas não há que ter vergonha em condicionar o futuro quando é deixado para este uma herança digna de ser vista, sendo que Lagos tem uma boa herança para o futuro e para o progresso do Município, dos cidadãos e das empresas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este não é um mero empréstimo nem um empréstimo simples, este empréstimo tem, para as Câmara que o aceitam um condicionamento por muitos anos, no caso de Lagos para os próximos catorze anos. Referiu que o “doente” são todos os cidadãos e não Município, estando os cidadãos a levar transfusões que já não aguentam, o Município não é só a Câmara Municipal, mas sim o conjunto de pessoas que vivem no Concelho e essas cada vez mais estão sujeitas a todo o tipo de aumentos. Disse que não é criminoso votar contra este empréstimo, criminoso será colocar em cima dos ombros dos munícipes esta carga prevista para os próximos catorze anos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse compreender as circunstâncias que o Sr. Presidente da Câmara Municipal defende para a contratualização do empréstimo em causa, nas condições propostas, mas esperava que o PS fizesse algo que pudesse ser materialmente visível, de modo a diminuir a dependência que a Câmara Municipal de Lagos tem em relação à aquisição de receitas, devido às despesas que foi criando ao longo dos anos. Referiu que nos anos do atual mandato, nada, ou quase nada,



Fl. 118v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

foi feito, apesar da crise existir, no sentido de tentar voltar atrás e minorar os efeitos que determinado tipo de políticas trouxeram ao Concelho. Depois da intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse ter chegado à conclusão que todos os lacobrigenses vão ter que pagar muito mais para suportar o empréstimo e a realidade municipal. Referiu que os argumentos políticos apresentados revelam uma fuga para a frente e indicam que daqui a uns tempos novas medidas vão ser trazidas à Assembleia Municipal, pela Câmara, no sentido dos cidadãos arcarem ainda com mais despesas. Disse que gostava que o Sr. Presidente da Câmara trouxesse à Assembleia Municipal medidas efetivas no sentido de reduzir o “monstro” criado; algo tem que ser feito e esse algo não é este empréstimo e tem que ser feito com urgência. Afirmou que o estado atual do Município não se vai curar com este empréstimo e que o mesmo tem que ser combatido de outra forma. Disse que as explicações dadas não leva o PSD a pensar que o Município está no bom caminho, porque a qualidade de vida não vai aumentar nem vai diminuir a carga fiscal ao cidadão comum, pelo contrário. Afirmou que este dia é um dia de luto, é um dia de luto para o Poder Local e é um dia que muitos não irão esquecer, uma vez que o estudo que está na base deste Plano levanta a burca que o PS colocou durante muitos anos sobre os cidadãos de Lagos.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse acreditar que o PSD não acredita em muitas coisas que diz e não é o que diz que efetivamente pensa, porque a continuar assim, dificilmente será alternativa. Em relação ao documento e a esta solução disse que pensa não existir outra alternativa para regularizar a dívida, apesar de não concordar da forma como foi feita esta legislação, ou seja, a mesma foi feita com base no “dou, mas exijo”. Referiu que como este Plano é elaborado no âmbito do Programa II, ainda há uma margem, embora que pequena, onde o Executivo pode trabalhar, no sentido de não aplicar as taxas máximas.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL), AO ABRIGO DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO: A) ADESÃO AO PAEL**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	1	0	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	1	1	7

-----**DELIBERAÇÃO Nº 87/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, a adesão do Município de Lagos ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), nos termos do nº 2 do artigo 5º da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública extraordinária realizada no dia 28 de setembro de 2012.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da **PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL), AO ABRIGO DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO: PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO**,



tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	1	0	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	1	1	7

-----**DELIBERAÇÃO Nº 88/AM/2012:**

-----**Aprovado**, por maioria, o Plano de Ajustamento Financeiro, nos termos do nº 2 do artigo 5º da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública extraordinária realizada no dia 28 de setembro de 2012.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da **PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL), AO ABRIGO DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO: C) CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CELEBRAR POR 14 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE € 10 862 321,81, À TAXA DE JURO QUE ESTIVER EM VIGOR À DATA DE ASSINATURA DO MESMO, COM UM VALOR MÁXIMO DE 4,3% AO ANO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	1	0	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	1	1	7

-----**DELIBERAÇÃO Nº 89/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, dar autorização expressa para a contratação do empréstimo a celebrar por 14 anos, até ao montante máximo de € 10 862 321,81 (dez milhões oitocentos e sessenta e dois mil trezentos e vinte e um euros e oitenta e um cêntimos), à taxa de juro que estiver em vigor à data de assinatura do mesmo, com um valor máximo de 4,3% (quatro vírgula três por cento) ao ano, sendo depois repercutida na atualização do Plano de Ajustamento Financeiro, nos termos das disposições conjugadas do nº 2 do artigo 7º da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, com a alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública extraordinária realizada no dia 28 de setembro de 2012.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Relativamente ao ponto da autorização expressa para a contratação de um empréstimo no valor de quase 11 milhões de euros por um prazo de 14 anos, a bancada do Partido Social Democrata não poderia em nome da coerência votar favoravelmente. Qualquer munícipe ao ler a introdução da caracterização e diagnóstico da atividade municipal, ficará a saber que a Câmara Municipal de Lagos outrora campeã de arrecadação de receitas, já não consegue honrar os seus compromissos reais de investimento e despesas de funcionamento. E mais, que apesar de se ter politicamente vinculado a



Fl. 119v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

diminuição da despesa nesta mesma casa, no segundo parágrafo da referida introdução, menciona-se o facto de que é necessário pôr em prática uma contenção ativa das despesas municipais, ora, pelo exposto se compreende que tal nunca ocorreu. Pode ler-se ainda no referido documento, mais propriamente no terceiro paragrafo, que o técnico menciona a deterioração acelerada da atual situação financeira que nos últimos anos não tem deixado de se agravar por força da crise económica. Fica qualquer munícipe a saber que apesar do agravamento da situação, a Câmara Municipal nada fez para que não tivéssemos de chegar a este ponto, ao técnico não cabe fazer análises políticas, mas a esta bancada em serviço de todos os munícipes independentemente do sentido de voto, cabe-a fazer. Volvida mais de uma década de avisos por parte do Partido Social Democrata de Lagos o rumo a que hoje chegamos não é para nós surpresa, temos uma participação registada nesta casa que a pode comprovar a falta de visão e capacidade do Partido Socialista de Lagos e gritante não havendo mais margem para manobras evasivas com vista a desculpabilização. A coisa pública deve ser gerida por mulheres e homens capazes. O Partido Socialista de Lagos não é obviamente responsável pela crise mundial, mas é certamente o único responsável pela atual situação económico-financeira da Câmara Municipal, ao invés, o Partido Social Democrata foi o único Partido Político a ter tido a noção de em boa hora avisar dos perigos que se escondiam numa gestão despesista, populista e irresponsável. Contrair um empréstimo a 14 anos para este fim e tendo em vista o passado de arrecadação de centenas de milhões de euros em receita, apenas poderá fazer qualquer munícipe perguntar para onde foi o dinheiro. Mas mais, 14 anos são mais de três mandatos consecutivos. Uma vergonha que ficara registada na historia deste município. Paga-se caro o facto de em vez de ter governo termos desgoverno. Quantas vezes mais virão a esta mesma casa fazer o mesmo pedido tendo como fundamento de base a má gestão? Ao pedido expresso de autorização para contrair este empréstimo, o Partido Social Democrata, em nome dos superiores interesses da população e em coerência com o seu passado, expressa o seu voto desfavoravelmente.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Filomena Sena (CDS): “Após longa ponderação, sobre as consequências que poderão advir para a Autarquia e seus munícipes, sobre a aprovação ou não da – “Proposta de Aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (Adesão ao PAEL por parte do Município de Lagos) o CDS/PP irá votar favoravelmente a favor do mesmo. É certo que, os tempos são de crise, consequência da adoção de políticas menos corretas e que todos nós, temos conhecimento, e a que não somos alheios, contribuíram para o endividamento da Autarquia. Todavia, no momento presente, urge tentar encontrar soluções viáveis a fim de minorar o efeito negativo e a repercussão das mesmas, a fim de poder garantir o “normal” funcionamento dos serviços e da ação social, que o município presta. A não adesão a este plano, contribuirá para o aumento de mais empresas insolventes e a paralisação de outras. A falta de liquidez por parte da autarquia em consequência da quebra de receitas, terá com a adesão a este plano, a possibilidade e oportunidade, que em nosso entender, nos parece ser única, face à conjuntura económica que o país atravessa.”-----



-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A Câmara Municipal de Lagos apresentou à Assembleia Municipal a proposta de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local, PAEL, e o respetivo Plano de Ajustamento Financeiro. O recurso ao PAEL, tem como contrapartida a aplicação de um Plano de Ajustamento Financeiro que terá gravosas consequências para os munícipes, para os trabalhadores do município, para os agentes culturais, desportivos e sociais, para as juntas de freguesia e para o tecido empresarial do concelho, em particular as micro, pequenas e médias empresas. Nos últimos três mandatos autárquicos o Município de Lagos teve à frente dos seus destinos uma força política que conseguiu a proeza de colocar as finanças municipais numa situação insustentável. Reconhecemos, naturalmente, que em matéria de descalabro financeiro contou com a prestimosa ajuda dos diversos governos do PSD, CDS e PS que, na prossecução do seu objetivo comum de descaracterização do Poder Local, foi criando meios de, através do garrote financeiro, pôr em causa a autonomia constitucionalmente garantida. Pretende o PS em Lagos escudar-se nessa realidade para alijar as suas responsabilidades próprias no desastre que são hoje as contas do município. A situação que temos hoje, de reconhecida paralisia dos serviços, de quase inexistência de intervenção em espaço público, de permanente sufoco na tesouraria que impede a realização da mais insignificante despesa, resulta em primeiro lugar das opções tomadas pelo PS à frente dos destinos do Município de Lagos. A aventura da criação das Empresas Municipais, a concentração dos investimentos, nomeadamente a construção dos parques de estacionamento subterrâneos, do novo edifício da Câmara e o POLIS da frente ribeirinha, tudo em simultâneo, sem garantias de cobertura financeira, e a aceitação de competências na área da educação, são alguns dos exemplos de opções políticas erradas que contribuíram para o atoleiro em que se encontram as contas do município. É neste contexto que o presidente da Câmara propõe como uma inevitabilidade a adesão a um programa criado pelo governo (PAEL) que tem na sua génese o objetivo mal disfarçado de limitar a autonomia do poder local. Tendo este “plano de ajustamento” a mesma duração do empréstimo, significa que durante 14 anos (3,5 mandatos autárquicos) a norma constitucional que garante a autonomia do poder local passa a letra morta para o concelho de Lagos. A Câmara passa a ser gerida na prática pela Direção Geral das Autarquias Locais e pela Inspeção Geral de Finanças, quase transformando os eleitos pelo povo em mandatários da tutela governativa. Com este plano o município fica impedido de apoiar os agentes culturais desportivos e sociais, vê-se obrigado a reduzir a sua atividade aos serviços mínimos e por via da imposição da redução da despesa abre-se a porta à possibilidade de despedimento de trabalhadores municipais. Tenta o PS fazer-nos crer que este é apenas mais um empréstimo para aliviar a tesouraria e liquidar alguns compromissos. Mas omite que o acesso a tal dinheiro tem como contrapartida um “plano de ajustamento financeiro”, impondo a colocação do IMI e da derrama nas suas taxas máximas, obrigando à fixação do preço cobrado pelo saneamento, água e resíduos nos termos definidos nas recomendações da Entidade Reguladora, significando isto um brutal aumento do preço destes serviços. Como resultado atira para cima dos munícipes um conjunto de medidas particularmente



Fl. 120v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

gravosas para o que resta dos seus rendimentos, sendo que a Lei que institui o PAEL obriga a uma particular intensificação das medidas nos primeiros 5 anos de duração do empréstimo. A propaganda irá dizer-nos que é apenas mais um empréstimo a 14 anos, esquecendo tudo o que fica comprometido com o recurso a esta solução. A propaganda irá dizer-nos que os problemas financeiros ficam atenuados, esquecendo que o desequilíbrio financeiro estrutural continuará presente no dia a dia do município. Pelas razões expostas, discordando inteiramente das propostas apresentadas, votamos contra.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Manuela Goes (BE): “Tendo sido apresentado a proposta camarária para o PAEL, o Bloco de Esquerda considera que: - A Câmara de Lagos tem um historial de imprevidência e má gestão, sobretudo nos últimos anos. Assumiu encargos fixos muito elevados e, quando confrontada com o descalabro desse caminho, criou empresas municipais para escapar a um controlo orçamental mais apertado e continuou na senda de um despesismo assente na contração de empréstimos. - Este tipo de política durou escassos anos, pois a intervenção externa impôs regras que obrigaram à clarificação dessas mesmas contas. Só a título de exemplo, ficaram-nos em mãos dois extensos estacionamento subterrâneos vazios e um edifício municipal de aspiração «imperial», com uma renda mensal de milhares de euros. - Depois, eis que chega a fatura, acrescentando recessão local à recessão nacional. A solução, para variar, também não traz nada de novo: contrair um grande empréstimo, a ser pago com ganhos desesperados pelo lado da receita e um pouco a tirar da despesa. - Esta decisão traduzir-se-á, na prática, no agravamento das condições de vida dos munícipes lacobrigenses, através do aumento de taxas e derramas, invertendo o papel de proteção social que o município deveria ter nestes tempos de profunda crise nacional. - Esta proposta traduz-se em colmatar as falhas de gestão do município com o sacrifício de todos os lacobrigenses e daqueles que nos visitam. Assim, o Bloco de Esquerda de Lagos vota contra esta proposta.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 23 horas e 30 minutos, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu,-----

-----,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavar,
subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--